



É NECESSÁRIO A "REFORMA AGRÁRIA" PARA SE FAZER A REFORMA AGRÁRIA?: Os bispos de campos e suas posições contrárias aos ideais das Ligas Camponesas

Vinner Stutz de Oliveira
Universidade Federal Fluminense
Vinner_ds85@hotmail.com

1- INTRODUÇÃO

A década de 1960 foi uma época de grande efervescência na sociedade brasileira, tanto efervescência cultural, religiosa, política, ideológica, dentre outras áreas que foram caracterizadas nesse contexto espacial e temporal por terem intensos e expressivos embates entre diferentes membros e grupos das classes sociais presentes no país. Um dentre esses embates foi a questão da Reforma Agrária e da condição de vida dos trabalhadores – ou da população - do campo, um debate mais aflorado sobre o assunto estava presente no Brasil desde a década de 1950 devido aos questionamentos sobre os temas voltados para a "terra" que as Ligas Camponesas que estavam sendo criadas nesse período começaram a trazer para a população.

Daqueles que se inseriam nesse debate, os setores religiosos eram uns dos mais presentes e questionadores da questão das terras, principalmente nomes ligados à Igreja Católica, que mostrava uma visível separação entre aqueles que apoiavam as Ligas Camponesas na sua luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e aqueles que eram contra essas Ligas e suas reivindicações, ou, pelo menos, eram contra a forma que eles queriam fazer essa reforma agrária, como diziam em seu discurso.

Desses dois diferentes grupos na Igreja Católica que debatiam sobre o assunto, estavam aqueles que apoiavam os ideais defendidos pelas Ligas Camponesas, que pediam a igreja não só para ter um programa assistencialista mas também para participar de fato das reivindicações das ligas, se aliando as mesmas nos combates tanto no campo quanto no meio das elites e das discussões políticas ligadas ao tema, buscando as melhores condições de vida para o trabalhador do campo, com maiores salários, direitos concretos, além da pauta principal da reforma agrária.

Já o outro lado do grupo, tinha em seus discursos a ideia de que as Ligas Camponesas era uma ameaça comunista e não deveria ser apoiada pela igreja e nem pela



sociedade brasileira, suas reivindicações eram incabíveis e desnecessárias, e diziam que os trabalhadores deveriam se sindicalizar e se associarem aos movimentos católicos ligados a terra, pois esses traziam grandes melhorias para a questão rural. Sendo assim, faziam propaganda e incentivavam as elites das cidades a fazerem o mesmo para assim alcançar os trabalhadores e retirar a influência das ligas.

Tal divisão ocorreu em diversas igrejas que se espalhavam pelo país e não só entre aqueles que estavam nas capitais, estando no centro de toda essa comentada efervescência, mas também membros de igrejas de cidades do interior estiveram ligados a esse debate de forma assídua, até porque o debate, mesmo sendo discutido nos grandes centros urbanos, era uma realidade próxima e cotidiana naqueles municípios voltados a uma economia rural, onde boa parte da população estava ligada ao trabalho na terra.

Sendo assim, esse debate também teve presença na cidade de Campos dos Goytacazes, por ser uma cidade não só de uma economia fortemente ligada ao cultivo da cana-de-açúcar e, dessa forma, tendo muitos trabalhadores rurais, além de fazendas e usinas grandes pertencentes a elite da cidade, estando o tempo inteiro presente a questão da relação entre essa elite do campo e os trabalhadores da indústria da cana. Mas também por ser uma cidade muito vinculada ao catolicismo, tendo dentro da cidade toda uma sociedade com hábitos e costumes voltados para a crença e, pelo menos aparentemente, a obediência a essa crença e o prezo pela moral e ética cristãs presentes nas palavras de figuras públicas do povo dessa região.

O município de Campos dos Goytacazes no final da década de 1950 e na década de 1960 já tinha um sindicato voltado para os trabalhadores do campo, porém era uma entidade criada para dar uma assistência somente, e não para reivindicar por nada. Mas com os grandes abusos que esses trabalhadores já vinham sofrendo por parte de seus patrões, associado as crescentes discussões sobre direitos do homem do campo, tendo ainda como agravante crises no setor açucareiro da região e a desapropriação de famílias de suas terras, começou a se criar o que viria a ser a Liga Camponesa do estado do Rio de Janeiro, presente em Campos, principalmente em regiões dentro do município onde a questão do açúcar era mais importante, como o Imbé. Além de ser ajudada pelo líder camponês Zé Pureza que, como presidente da Falerj (Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro), deu um grande auxílio na criação do acampamento do Imbé.



Em muitas cidades brasileiras, diante dessa situação, elementos da Igreja Católica deram apoio a luta dessas instituições da região, vendo nisso um trabalho de cunho social. Porém o que ocorreu em Campos foi o oposto a esse tipo de assistência, criando na verdade barreiras para que esse trabalho fosse feito, já que se encontrava na liderança da igreja em Campos, pessoas que eram ligadas aos movimentos mais conservadores do catolicismo, fazendo com que houvessem ideias reacionárias as Ligas, ideias essas que estavam presentes já na sociedade campista, sobretudo nas altas classes, mas que era também ajudada por essa liderança da igreja.

Todo esse cenário da igreja em Campos provavelmente não aconteceria sem a sua maior liderança dentro do município, que era o Bispo da Diocese de Campos, Dom Antônio de Castro Mayer, o "Leão de Campos", um dos maiores nomes da ala conservadora - senão ultraconservadora – da Igreja Católica no Brasil, sendo uma pessoa influente seguida pelos católicos conservadores dentro das terras brasileiras.

2- BIOGRAFIA DO BISPO DE CAMPOS

Dom Antônio de Castro Mayer nasceu no dia 20 de Julho de 1904 na cidade de Campinas em São Paulo, com doze irmãos e membro de uma família muito católica, perdeu cedo seu pai, aos sete anos de idade. Aos doze anos, entrou para o seminário menor de Bom Jesus de Pirapora e aos dezoito começou os estudos no Seminário Maior em São Paulo. Vendo seu bom desempenho, Dom Duarte Leopoldo e Silva, Arcebispo de São Paulo, o envia para terminar seus estudos na Universidade Gregoriana em Roma, concluindo-a assim em 1927, sendo ordenado sacerdote pelo Cardeal Pompili e obtendo o grau de doutor em Teologia.

Quando retornou ao Brasil, passou muitos anos atuando na cidade de São Paulo, sendo professor no Seminário de São Paulo, onde lecionou Filosofia, Teologia Dogmática e História da Filosofia; cônego catedralício no Cabido Metropolitano de São Paulo e, depois, Vigário-Geral; Vigário Econômico da Paróquia de São José do Belém, ocupando a cátedra de Religião e a cátedra de Doutrina Social da Igreja na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Também enquanto estava em São Paulo, foi nomeado assistente geral da Ação Católica Brasileira por Dom José Gaspar, o segundo Arcebispo de São Paulo, na época em que Plínio Corrêa de Oliveira, futuramente o fundador da TFP, era presidente da ACB.



Em 1948, mais precisamente no dia 6 de março, o Papa Pio XII o eleva a categoria de bispo titular de Priene e Coadjutor do bispo de Campos, Dom Octaviano Pereira de Albuquerque e assim em 1949 torna-se bispo diocesano de Campos dos Goytacazes.

Um ano após ter se tornado bispo de Campos, fundou uma revista mensal – ou um mensário - chamado "Catolicismo" em que se discursava sobre assuntos ligados a parte conservadora católica, no caso, escrevia textos contrários ao comunismo, ao liberalismo político, ao modernismo e o progressismo, esses últimos principalmente dentro de meio religioso. Colaborava com ele nessa revista nomes como Plínio Corrêa de Oliveira e o Bispo Geraldo de Proença Sigaud, este bispo de Jacarezinho e que mais tarde se tornaria o arcebispo de Diamantina. Esses dois colaboradores iriam mais tarde escrever junto com ele o livro que trataremos aqui, "Reforma Agrária: Questão de Consciência".

Esse mensário ficou conhecido no país, principalmente pelos conservadores ligados à Igreja Católica, além das também famosas cartas de Dom Castro Mayer que também versavam sobre esses temas recorrentes na revista, e foi uma grande propaganda para as ideias conservadoras do bispo, que rapidamente ficou conhecido e se tornou figura relevante nas pautas de ideias tanto políticas quanto religiosas entre os conservadores no país.

Durante os anos de 1950, abriu um seminário menor em Varre-Sai pertencente a diocese de Campos dos Goytacazes e, posteriormente, conseguiu abrir também um Seminário Maior com os cursos de Filosofia e Teologia que mais tarde se transferiria para a própria cidade de Campos.

Participou do Concílio Vaticano II que aconteceu entre os anos de 1962 e 1965, em que lutou na ala conservadora "Coetus Internationalis Patrum" contra as novas diretrizes que o Concílio estava querendo instituir para a Igreja, juntamente com outros nomes importantes do conservadorismo católico, entre esses podemos citar o Monsenhor Marcel Lefebvre, em que, depois do Concílio terminar e aquilo que foi decidido entrar em voga, foi aquele que também decide abrir mão do rito instituído, o "Novus Ordo Missae" de Paulo VI, para continuar com rito tradicional, no caso o "Ordo Missae" de Pio V, como o rito oficial. Dessa forma, a única diocese no mundo a continuar com o rito de Pio V foi a diocese de Campos. O "Ordo Missae" de Pio V também é conhecido como Missa Tridentina, e duas de suas características são a linguagem da liturgia em latim e a posição de sacerdote, que fica de costas para os fiéis



Manteve o tradicionalismo a frente da diocese de Campos até a sua forçada demissão em 1981, ficando 33 anos a frente desse trabalho. Após deixar o cargo de Bispo, entrar nessa posição o Dom Carlos Alberto Navarro, que começa uma visão progressista dentro da diocese de Campos, bem diferente daquilo defendido por Castro Mayer, o que fez com que os padres que continuavam seus ritos tradicionais fossem afastados de seus postos. Vendo isso, e sendo pressionado pelos padres tradicionais que o pediam ajuda, decide fundar a "União Sacerdotal São João Maria Vianney" em que acolhe esses padres e seus trabalhos, além de reabrir e reorganizar o seminário, fazendo com que novos clérigos fossem formados para dar continuidade ao ministério.

No ano de 1988, foi para Écone na Suíça participar das sagrações nessa cidade juntamente com D. Marcel Lefebvre, dando apoio as causas que lutava, sendo também causas conservadoras como as suas próprias. Nessa cerimônia, consagrou quatro bispos, mas essas consagrações foram contrárias a vontade do então Papa João Paulo II, o que fez com que a relação entre D. Castro Mayer, D. Lefebvre e o Papa ficasse mais complicada do que já era, contando que o D. Castro Mayer costumava enviar cartas, como de costume, falando que a Igreja estaria sofrer uma grave crise.

Com isso, sofreu a excomunhão "latae sententiae" já nos últimos anos de sua vida, juntamente com D. Lefebvre e os quatro bispos sagrados naquele dia. Seu último ato público foi a ordenação sacerdotal de um padre de seu seminário também no ano de 1988. Já debilitado, deixou os trabalhos e veio a falecer no dia 25 de abril de 1991. D. Licínio Rangel foi quem o sucedeu a frente da União Sacerdotal e a sua excomunhão foi revogada pelo Papa Bento XVI em 2009.

3- O LEÃO DE CAMPOS E A REFORMA AGRÁRIA

Para saber a opinião de D. Castro Mayer sobre as Ligas Camponesas, a Reforma Agrária e toda a questão do agrorreformismo, a melhor forma é pautando-se em um livro que escreve em conjunto a outros dois nomes importantes do conservadorismo e do tradicionalismo católico, Dom Geraldo de Proença Sigaud, bispo de Jacarezinho, na época em que o livro foi escrito, e Plínio Corrêa de Oliveira. Na verdade, o livro também conta com um quarto autor, cujo o nome é Luiz Mendonça de Freitas, um economista que era aliado das ideias conservadoras do grupo e que é autor da segunda parte do livro, que conta principalmente com argumentos econômicos contrários a Reforma Agrária.



O livro se chama "Reforma Agrária - Questão de Consciência", lançado em 1961, e, como foi dito no parágrafo anterior, era um livro dividido em duas partes, a parte que foi escrita e redigida por D. Castro Mayer e outros autores – ou seja, a primeira parte – servia para apontar os principais argumentos dentro dos aspectos sociais e religiosos contrários à Reforma Agrária, utilizando todos os argumentos que estavam presentes nas cartas pastorais do bispo de Campos e também naquilo que Plínio Corrêa de Oliveira e a "Sociedade Brasileira para a Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) - associação civil criada por ele para defender aquilo que considerava os valores "positivos" da ordem natural, que seria essa trilogia presente no nome da associação - acreditavam e tentavam passar a todo instante para a sociedade civil brasileira.

Começa então o livro com um "aviso preliminar", em que ditam algo que vai estar presente em todas as páginas, a diferença entre a "Reforma Agrária" e a reforma agrária, que, segundo os próprios, a primeira seria essa reforma proposta pelos esquerdistas e revolucionários que seria hostil a essa trilogia da TFP, contrário assim a base que trazia o progresso a humanidade. Já a última palavra seria a noção de que pode sim existir uma reforma agrária que não necessariamente seja algo revolucionário e que não irá ferir a propriedade privada e os grandes proprietários de terra, mas que consegue fazer com que haja um avanço nas melhorias de condições de vida dos trabalhadores rurais e também beneficie os proprietários, fazendo com que não exista atritos entre os dois grupos:

Assim, pode - se falar de uma reforma agrária sadia, que constitua autêntico progresso, em harmonia com nossa tradição cristã. Mas também se pode falar de uma reforma agrária revolucionária, esquerdista e malsã, posta em desacordo com esta tradição. Este último tipo de reforma agrária importa em golpear a fundo ou até em eliminar a propriedade privada. Por isto mesmo ele deve ser tido como hostil também à família. Com efeito, como veremos, propriedade e família são instituições correlatas e fundadas nos mesmos princípios. (CASTRO MAYER; PROENÇA SIGAUD; CORRÊA DE OLIVEIRA, 1961, p. 1)

Entra-se então na primeira parte do livro e, de forma introdutória, colocam tudo aquilo que o livro deseja passar ao leitor, se fala que o Brasil e também o mundo passa por um momento de crise em todos os setores de sua política, de sua economia e de sua sociedade, contrastando com toda a situação de progresso desenfreado que se tem – talvez essa parte tenha sido escrita para também se criticar, além das políticas de esquerda, toda a adesão a certos planos de política liberalista, do qual esses autores eram ferrenhos críticos de igual modo; se diz também da confusão que os autores brasileiros e a sociedade vem enfrentando ao não estudar direito a questão da reforma agrária, aderindo



erroneamente as ideias esquerdistas por isso e atacando os proprietários rurais; seguindo então exprimem que a sociedade nesse erro esquece que tais ideais são contrários ao progresso e contrários ao catolicismo, citando nesse momento Pio XI, e não percebem que, aos poucos, a sociedade vai sofrendo uma transformação que segue rumo as visões marxistas e rumo a revolução:

Prevenir tal perigo não é, pois, lutar apenas pelos direitos de uma classe respeitável, mas também favorecer os trabalhadores rurais, defender a civilização cristã e preservar o futuro econômico e religioso do País. Por esta razão, o direito e o dever de intervir neste problema não tocam somente aos agricultores. Diretamente interessados, eles talvez até se sintam menos à vontade para o fazer do que outros. (CASTRO MAYER; PROENÇA SIGAUD; CORRÊA DE OLIVEIRA, 1961, p. 3)

Ainda nessa parte introdutória, explicam que não são agricultores ou mesmo não tem nenhuma ligação com o trabalho rural, mas fazem esse livro porque se importam que o Brasil siga as vias para uma civilização cristã. O objetivo do livro seria não só defender o proprietário rural e a propriedade privada rural, mas também dar um ideal para uma reação sadia e com consciência cristã, alertando o perigo da "Reforma Agrária". O livro se dirige "e modo geral, a todos os homens de cultura e de ação nos quais a Fé e o amor à nossa civilização mantém vivaz a convicção da legitimidade e benemerência da propriedade privada, e aos quais incumbe, a títulos diversos, a defesa dos fundamentos da nacionalidade." (CASTRO MAYER; PROENÇA SIGAUD; CORRÊA DE OLIVEIRA, 1961, p. 3)

Definem também que o socialismo é, tanto aquele associado ao comunismo quanto o que não é, algo que deve ser repudiado pela sociedade que quer manter seu progresso dentro da civilização cristã. E, por fim, também dirão que não só irão utilizar o espaço desse livro para dizer ideias contrárias a "Reforma Agrária" e ao socialismo, mas também tem proposta para a melhoria dessa situação no campo, visto que essa deve sim ser melhorada e progredir e não tão somente ser preservada. Listam então aquilo que irão chamar de

"Alguns pontos que poderiam enriquecer de conteúdo cristão um projeto de sadia reforma agrária:

- 1 – Fixação, por lei, das condições muito excepcionais em que a desapropriação de imóveis rurais, mediante justa indenização, pode ser feita.
- 2 – Crédito fácil para os proprietários de grandes áreas que as desejem colonizar. Crédito fácil também para financiamento da compra de glebas.
- 3 – Crédito fácil para o equipamento das propriedades.
- 4 – Assistência técnica aos agricultores. Fomento da agricultura, sem dirigismo.



5 – Concessão de terras devolutas aos pequenos agricultores, sempre que por este meio possam elas ser convenientemente exploradas.

6 – Fomento de formas de contrato de trabalho que possibilitem um aproveitamento intenso da terra e ao mesmo tempo beneficiem o assalariado, permitindo - lhe uma situação econômica mais favorável e a constituição paulatina de um patrimônio. Por exemplo: a parceria, as empreitadas.

7 – Crédito especial para a melhoria das moradias dos colonos e medidas congêneres."(CASTRO MAYER; PROENÇA SIGAUD; CORRÊA DE OLIVEIRA, 1961, p. 5-6)

Então se dividirá em três seções, na primeira dessas, os autores tentam demonstrar como o socialismo tem investido contra a estrutura tradicional da propriedade privada rural no Brasil e como isso seria um perigo para a mentalidade cristã do país que não percebe que a opinião socialista vem minando-a e deve ser reagido antes que seja tarde. Na segunda seção encontram-se exprimidas opiniões chamada pelos autores de socializantes, sendo não somente ideias do socialismo, mas que estão presentes em várias outras ideologias e também a ideologia socialista. Essas opiniões socializantes também são denunciadas pelos autores, sendo que fazem uma estrutura textual diferente, colocando lado a lado as proposições sobre a questão da terra segundo os conservadores e tradicionalistas católicos e as proposições socializantes sobre a mesma questão, utilizando de textos papais para argumentar que suas posições são corretas e devem ser acatadas – algo que também acontece na primeira seção. Por último, a terceira é uma seção de conclusão, em que visam fazer um parâmetro final sobre a "Reforma Agrária", condenando-a, e dizendo que se posicionar contra esse tipo de reforma é uma questão de consciência.

A primeira seção se nomeia "A investida do socialismo contra a propriedade rural" e se divide em três títulos, esses por sua vez se dividem em capítulos. O primeiro título cujo nome é "A "Reforma" Agrária e nossa realidade rural" se importa em comprovar que a estrutura do campo no Brasil era muito bem articulada, com a figura do fazendeiro sendo muito importante na condição do país, e a relação entre o trabalhador rural e o proprietário rural era boa e firmada em ideias corretos e tinham afinidade de interesses. A liderança do proprietário era boa já que a estrutura que proporcionava fazia com que a economia brasileira progredisse, sendo uma elite tradicional deu toda a assistência ao homem do campo sem se desviar os olhos dos ideais católicos, e sua forma de se organizar estava alicerçada em uma base familiar. Mas por descuido seu e por dar liberdade demais aos trabalhadores, esses começaram a se desviar ideologicamente e religiosamente dos



corretos modos de pensar e das relações com seus senhores, dando ouvidos as propostas socialistas. Essas propostas, segundo os autores, eram baseadas na invenção de um falso problema que tentava desarticular a estrutura tradicional e começaram a mudar a mentalidade da população rural.

O segundo título chamado "A "Reforma Agrária", objetivo genuinamente socialista e anticristão" dita como a mentalidade socialista desvirtua a mentalidade tradicional e a insere num falso problema que é contrária a todas as suas formas de proceder, colocando um novo sentido errado da questão da terra e uma visão igualmente errada sobre o que é o agricultor. Explicam então que o socialismo é totalmente incompatível com a propriedade – um direito que o homem tem desde seu estado de natureza – , a família e o catolicismo e sua doutrina.

O terceiro "Como a campanha pela "Reforma Agrária" encontra eco num povo que não é socialista" mostra como as opiniões socializantes conseguiu preparar um terreno para eficiente propaganda socialista que solidificou no homem do campo a ideia que deve ser feita uma revolução social e religiosa, mas também diz que seu radicalismo causa repulsa naqueles que são acostumados a estrutura tradicional rural.

A seção II "Opiniões socializantes que preparam o ambiente para a "Reforma Agrária": Exposição e análise" busca responder principalmente cinco perguntas que são os nomes dos cinco capítulos, a primeira pergunta seria se a estrutura rural é contrária aos princípios da justiça, o que é respondido como não sendo, visto que essa estrutura nada mais é do que resposta a natureza humana voltada para a liberdade e a propriedade, tendo em vista que essas são garantidas pela justiça e portanto não devem ser reprimidas por meios que as violem. A segunda diz respeito ao fato comentado pelas opiniões socializantes de que essa estrutura seria prejudicial à produção agropecuária, e os autores dizem que não, já que o direito a liberdade e a propriedade faz com que os homens adquiram, por meio de seu trabalho, a propriedades tanto pequenas, quanto médias e grandes, e tal forma ajuda na produção, visto que se tem variadas culturas no território nacional e que a "Reforma Agrária" só iria retirar a característica essencial para que essa estrutura seja tão produtiva. A terceira seria se a estrutura estaria cumprindo sua missão, a resposta é sim pois a estrutura é tanto bem produtiva quanto garante os direitos essenciais e o progresso, como foi dito antes, e a quarta pergunta é se a Igreja deveria se manifestar sobre o assunto, a resposta é também sim, pois sendo a Igreja aquela que



defende a fé e a lei de Deus e a "Reforma Agrária" sendo contrária as estruturas da civilização cristã e da própria religião católica, ela deve se colocar em posição a favor de se manter as estruturas tradicionais da sociedade brasileira. A quinta pergunta na verdade seria uma conclusão que visa dar uma resposta sintetizada de todas as questões acima relatadas.

A terceira seção, que também é a conclusão da Parte I, se intitula "Questão de consciência", em que os autores vão mais uma vez repetir que a "Reforma Agrária" é contrária a lei de Deus, mas complementando que elas vão contra os mandamentos também, sendo dessa forma, se o Estado vai a favor da "Reforma Agrária" e contra a lei de Deus, quem o fiel deve seguir? No caso, deve se seguir a lei de Deus, se posicionando contra o Estado, pois esse vai contra a civilização cristã e portanto contra os ideais divinos e os alicerces da humanidade, por isso os autores afirmam ser uma questão de consciência, pois deve se ter a consciência de que a lei divina é mais importante que a lei humana, mas deve se lembrar que aqueles que erram também são o "próximo" e assim devem ser exortados em amor pelos fiéis, mas não deve se abrir mão da verdade em nenhum caso.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro, na época em que foi lançado, causou um alarde na sociedade brasileira, tendo um bom número de vendas, não só pela elite tradicional e reacionária, mas também por aqueles que tinham se interessado pela polêmica trazida pelo escrito. Os autores foram chamados a se retratarem e explicar sobre as ideias do livro em público na Assembleia Legislativa de São Paulo, fazendo com que a sessão chamasse muita atenção e teve a presença de muitos parlamentares, tanto daqueles que se posicionavam contra o livro e suas ideias, quanto aqueles que manifestavam seu apoio ao mesmo.

Assim, as ideias conservadoras que tanto Castro Mayer quanto os outros autores expressaram no livro fizeram com que eles tivessem uma oposição contra, não só suas obras e ideias, mas também seu trabalho. No caso, eles já tinham essa oposição e se opunham também fortemente, mas foi mais concreta depois que esse livro foi publicado e, não só a esquerda brasileira – e campista também – se colocou contrária, mas os cleros progressistas, sendo que alguns eram adeptos da "Reforma Agrária" e davam apoio a algumas Ligas Camponesas, também se mostraram avessos as ideias deles.



Porém, do mesmo modo que conseguiram uma grande massa que se opunham a eles, também conseguiram muitas pessoas adeptas a suas ideias, que asseguraram a publicidade de seu trabalho, tanto clérigos tradicionalistas quanto leigos conservadores, que escreviam resenhas falando muito bem do livro e levaram edições para o exterior. Também conseguiram adeptos entre os fazendeiros, os poderosos latifundiários, que, numa cidade extremamente católica, conservadora e cuja sua mais forte economia era rural, o açúcar, Castro Mayer conseguiu manter por muito tempo suas ideias e que ninguém o perturbasse e tirasse seu poder dentro de sua própria cidade, pelo menos até a década de 1980, quando a própria Igreja Católica fez isso.

Mas de qualquer forma, as raízes de seu pensamento contrários as reformas mais profundas das questões rurais trouxe problemas aqueles que tentavam fazer essa reforma em Campos, não só na década de 1960 e, mais forte ainda, na época da ditadura militar, mas traz famílias e pessoas contrárias a esse tipo de mudança até os tempos atuais na cidade, fazendo com que a Reforma Agrária ainda seja vista de modo ruim por parte da população, que não só os fazendeiros, mas todo aquele que foi, explícita ou implicitamente, influenciados pelas consequências da liderança religiosa de D. Castro Mayer na região.

5- REFERÊNCIAS

- BETT, Ianko. Catolicismo e Cruzada: revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e na Argentina (1960-1967). *Tese* (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, 409 f. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5996/2/468436%20Texto%20Completo.pdf>
- CASTRO MAYER, Antônio de. PROENÇA SIGAUD, Geraldo de. CORRÊA DE OLIVEIRA. *Reforma Agrária – Questão de Consciência*. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1961.
- FAUSTO, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. 2. ed. São Paulo: Difel, 1983.
- GUIMARÃES, Juarez Rocha. O cristianismo e a formação da moderna questão agrária brasileira. In: DE PAULA, Delsy Gonçalves et al. *Sentimento de reforma agrária, sentimento de república*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.



KRISCHKE, Paulo José. *A Igreja e as crises políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.

MARIA, Ataíde. *Biografia: Dom Antônio de Castro Mayer*. Disponível em: <http://www.amormariano.com.br/artigos/biografia-dom-antonio-de-castro-mayer/>

REVISTA ONTEM HOJE E SEMPRE, *Biografia de Dom Antônio de Castro Mayer*. Disponível em: <http://www.fsspx.com.br/biografia-de-dom-antonio-de-castro-mayer/>

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo, Kairós, 1979.

ZANOTTO, Gizele. "Reforma Agrária: Questão de Consciência?" Uma análise do antiagrorreformismo na TFP, *História: Debates e Tendências*, v. 9, n. 1, jan/jun 2010, p.79-97, Passo Fundo, 2010. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rhdt/article/view/3209>